

Exmo. Director do Público

Escrevo sem a certeza de que esta carta venha a ter eco no seu jornal mas com a certeza de que é necessário apoiar as ideias expressas no artigo de 11 de Agosto “Processo de Bolonha: por um ensino de engenharia de cinco anos”, assinada pelo Professor António Dourado Correia. Tal como pode constatar na assinatura desta mensagem, sou docente no Instituto Politécnico de Coimbra.

O artigo em questão revela uma visão lúcida, anti-corporativista e imparcial de um docente Universitário, pondo em questão a divisão absurda que existe actualmente entre o ensino Politécnico e o ensino Universitário. A convergência entre os dois sistemas era e é inevitável, e só quem não quer é que não vê o que se irá passar no futuro. Na verdade será insustentável manter um sistema (o Politécnico) que, apesar de atribuir o mesmo grau de ensino (licenciaturas e segundo se prevê, mestrados) com saídas equivalentes em termos profissionais, sofre de uma série de estrangulamentos que o colocam numa situação de subalternidade relativamente ao sistema Universitário. Esta subalternidade afecta os docentes mas sobretudo os alunos. Além das dificuldades para a criação de novos cursos, a impossibilidade de formar doutores e do inferior financiamento, o sistema Politécnico sofre de problemas graves relacionados com a maior dificuldade em ministrar um ensino de qualidade, relativamente ao sistema Universitário. O meu caso é paradigmático a este respeito. Tenho uma experiência de docência de 13 anos, um doutoramento e um *curriculum* que não me deixa envergonhado ao lado de muitos docentes universitários, com o meu tempo de carreira. Seria desejável que a instituição onde lecciono e o País pudessem aproveitar estas qualificações quer ao nível da docência quer ao nível da investigação quer ainda ao nível da prestação de serviços de natureza técnica. No entanto foi-me atribuída uma carga de docência semanal próxima do máximo permitido por lei (12 horas) e além disso lecciono durante o ano, 9 disciplinas diferentes, em 10 turmas pertencentes a 4 cursos distintos. Qualquer pessoa minimamente familiarizada com o trabalho de um docente de ensino superior sabe que é impossível fazer um bom trabalho de docência, e muito menos investigar, com esta carga horária e com esta dispersão de matérias. O exemplo que acabo de dar é sensivelmente representativo daquilo que se passa na instituição onde lecciono e em muitos outros Institutos Politécnicos em Portugal. No sistema Universitário as condições são chocantemente diferentes, com cargas horárias de cerca de metade daquilo que se pratica no Politécnico e com um máximo de duas disciplinas por semestre, normalmente dentro da área de especialização do docente.

A partir do momento em que existam qualificações suficientes por parte do corpo docente das instituições do Ensino Politécnico, como começa a verificar-se actualmente, deixa de fazer qualquer sentido impor restrições de natureza administrativa que espartilhem a acção daquelas instituições. Quem perde com esta situação é o País, porque não aproveita as potencialidades dos docentes que formou e porque permite a existência de uma clivagem sem sentido no seio do Ensino Superior. Deste modo não posso deixar de criticar a forma corporativista como

alguns reitores, nomeadamente o da Universidade de Coimbra, têm tentado bloquear toda e qualquer tentativa de aproximar os dois sistemas de ensino. A única justificação que eu, e uma boa parte da sociedade, encontramos para esta atitude tem única e exclusivamente a ver com a necessidade de proteger a Universidade da concorrência com o Ensino Politécnico. Enquanto o Politécnico funcionar como uma “segunda escolha” para os candidatos ao Ensino Superior, devido ao estigma que carrega pelos motivos apontados, as Universidades podem manter-se acomodadas à sombra do prestígio que, algumas, conquistaram. Sou de opinião que os proteccionismos têm em muitos casos como consequência, a manutenção da mediocridade. A manutenção desta diferenciação entre sistemas de ensino tem essa e outras consequências, e só beneficia com isso quem prefere valer-se do seu estatuto e não do seu trabalho.

Por estes motivos só posso dar os parabéns ao autor do artigo, quer pela coragem, dado tratar-se de um docente universitário, quer pela lucidez demonstrada. Desejaria que este artigo fosse apenas uma de muitas outras iniciativas no sentido de tentar mudar o estado actual de coisas. Para tal será necessário que todos aqueles que concordam com este ponto de vista se mobilizem e façam ver ao poder político que este é o momento ideal para começar gradualmente a concretizar um passo que será inevitável, mais tarde ou mais cedo: a fusão dos dois sistemas de ensino.

Joaquim Sande Silva
Escola Superior Agrária
3040-316 Coimbra
Portugal

<http://homepage.oninet.pt/927mbf>